



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FRANCISCO BELTRÃO - PROJUDI

Rua Tenente Camargo, 2112 - Centro - Francisco Beltrão/PR - CEP: 85.601-610 - Fone: (46) 3524-4200

Processo: 0001741-33.2022.8.16.0083

Classe Processual: Ação Civil Pública

Assunto Principal: Internação compulsória

Valor da Causa: R\$1.000,00

Autor(s): • Ministério Público do Estado do Paraná

Réu(s): • ALESSANDRA APARECIDA PIMENTEL DA SILVA

• ESTADO DO PARANÁ

• Município de Francisco Beltrão/PR

Vistos para decisão.

O Ministério Público ajuizou a presente demanda em face de Alessandra Aparecida Pimentel da Silva, Estado do Paraná e do Município de Francisco Beltrão/PR. Alegou, em síntese, que Alessandra Aparecida Pimentel da Silva possui problemas de saúde – transtorno esquizoafetivo (F25) e retardo mental não especificado (F79) –, com má adesão ao tratamento, situação que oferece risco a si própria e a terceiros, não possuindo amparo familiar adequado.

Diante disso requereu a concessão de medida liminar para compelir as rés a encaminhar a Sra. Alessandra para acolhimento e tratamento em residência terapêutica, a fim de possibilitar a continuidade do tratamento médico de forma adequada.

Vieram os autos conclusos.

Eis a síntese do necessário.

Decido.

O art. 300 do CPC/2015 prevê que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

À vista dos elementos emergentes do encarte procedimental, verifico que restou evidenciada a situação de vulnerabilidade e de risco a que está exposta a Sra. Alessandra Aparecida Pimentel da Silva e as pessoas de seu convívio.

De acordo com as informações constantes no processo, Alessandra Aparecida Pimentel da Silva possui um histórico de intervenções psiquiátricas, ostentando irregularidade e abandono nos tratamentos medicamentosos prescritos. Além disso, não possui suporte familiar adequado, já que as relações familiares se encontram estremecidas, havendo relato de agressões e desinteresse familiar em prosseguir com seus cuidados.

De acordo com o relato constante no seq. 1.25, a ré Alessandra vem apresentando episódios de surto de agressividade recorrentes, tendo tentado contra a vida de seus pais (seq. 1.25, fl. 2). O relato de uma vizinha, por sua vez, dá



conta que os pais também agridem a ré e que não cumprindo com suas responsabilidades familiares (seq. 1.25, fl. 4).

Seu quadro clínico é caracterizado por alucinações, delírios somados a sintomas depressivos, elevação de humor ou humor disfórico (seq. 1.22).

O laudo médico de seq. 1.22, além de narrar o abandono frequente do uso das medicações, constou que a situação coloca a si própria e terceiros em risco, de modo que foi solicitada a inclusão da parte em casa de longa permanência na data de 24/3/2022 (seqs. 1.18 e 1.22).

Nesse caso, considerando os dados articulados, reconheço a necessidade e conveniência da aplicação das medidas de pleiteadas.

Destaco, nesse sentido (TJPR, AI 0041107-42.2019.8.16.0000, Rel. Des. Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, 4ª C.Cível, J. 11/3/2020):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – MEDIDA PROTETIVA – PESSOA PORTADORA DE ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE GRAVE – PACIENTE QUE JÁ FOI INTERNADO DIVERSAS VEZES, ESTEVE EM SITUAÇÃO DE RUA E NÃO CONTA COM SUPORTE FAMILIAR – SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE – DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS DEMONSTRAM DE MANEIRA SUFICIENTE A NECESSIDADE DE ACOLHIMENTO DO ENFERMO EM RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO – DEVER DO ESTADO DE GARANTIR A SAÚDE E A DIGNIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PROBABILIDADE DO DIREITO E PERIGO DE DANO CARACTERIZADOS – DECISÃO MODIFICADA - RECURSO PROVIDO.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para o fim de determinar que a parte ré promova de modo solidário o encaminhamento de Alessandra Aparecida Pimentel da Silva para inclusão em residência terapêutica, com recursos de atendimento adequados às necessidades da parte, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cite-se o réu para apresentar contestação no prazo legal, nos termos do art. 335 do NCPC, sob pena, não o fazendo, ser considerado revel (art. 344 do NCPC), observada a regra do art. 231 do CPC.

Apresentada contestação, intime-se a parte autora para, querendo, se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os arts. 350 e 351 do NCPC, podendo a parte autora corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do NCPC.

Após, visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10º do CPC de 2015, intemem-se as partes a, no prazo comum de quinze dias:

a) especificarem que provas pretendem produzir, estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC);

b) caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo

pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC);

c) após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC);

d) caso as partes pretendam a produção de prova testemunhal, considerando os princípios expostos nos artigos 5º e 6º, CPC, deverão, na oportunidade, indicar o número de testemunhas que pretendem ouvir e, se possível, desde logo, a sua qualificação, de modo a contribuir para a otimização da organização da pauta de audiências deste Juízo e para o célere deslinde do feito.

Intimações e diligências necessárias.

Francisco Beltrão, datado e assinado digitalmente.

Ivan Buatim

Juiz de Direito Substituto

